

Meus senhores e Minhas Senhoras.

Este é um momento muito especial na minha vida, ocasião em que se juntam recordações do passado, felicidades do presente e desafios para o futuro. Somado a tudo isto um punhado de sonhos. Sonhos sonhados a só, sonhos sonhados no coletivo. Sonhos que já começaram a se materializar e outros que os meus pares me deram a honra de conduzir à concretização.

Tive a satisfação de participar de um momento ímpar na história do Poder Judiciário cearense, quando fui convidado a compor a chapa para disputar a direção do Tribunal de Justiça, tendo como candidato a Presidente o Desembargador Gladyson.

Naquela ocasião o exercício desse cargo não estava no meu horizonte. Mas o convite era honroso para qualquer magistrado, ainda mais quando partia de um homem da envergadura do Desembargador Gladyson Pontes.

Tendo como candidato a Corregedor o Desembargador Darival Beserra Primo, ficava composta a tríade de nomes. Seguiram-se dias agitados, mas recebemos o beneplácito de nossos pares.

Eleitos, passamos dias de intensa faina. Pouco conhecíamos da estrutura administrativa do Tribunal de Justiça. Dedicamos os 95 dias da transição para conhecer as mais diversas áreas da instituição e delinear um plano de gestão.

Foi uma experiência inesquecível e de grande aprendizado. Fizemos algo até então inédito no Tribunal de Justiça do Ceará, percorremos as suas secretarias e departamentos, conhecemos suas estruturas, seus servidores e começamos a definir o que seria feito na gestão.

Esta nova modalidade de transição proporcionou uma grande interação entre nós, os novos gestores, que juntos definimos a gestão futura.

Confesso-lhes que era uma emoção constatar o entusiasmo que movia a todos nós. A condução firme e resoluta do Desembargador Gladyson Pontes já se mostrava, àquela altura, como um prenúncio do que viria pela frente.

Eram muitos os desafios, havia muito o que fazer. E muito foi feito. Muitos foram os avanços da gestão, entretanto, realçaria duas ações que deram um novo rumo ao judiciário cearense.

A primeira delas, a reestruturação administrativa. Tínhamos uma estrutura administrativa pesada e pouco eficiente. Na busca por modernidade e eficiência decidiu-se então cindir a Secretaria Geral do Tribunal em duas competências, uma judicial e outra administrativa.

Esta medida proporcionou a oxigenação da nossa administração. Havia, a partir daí, um fluxo de trabalho ordenado, com um gerenciamento e uma só unidade de pensamento, fosse no âmbito das atividades jurisdicionais, fosse na esfera administrativa.

A segunda, também de enorme importância, foi a implantação da Resolução 219 do CNJ, que determinava a transferência do segundo para o primeiro grau de jurisdição de parte dos recursos dispendidos com cargos comissionados, com fundamento na demanda.

Com a determinação de implantar a citada Resolução, deu-se início ao processo mais importante dos últimos anos no Poder Judiciário cearense – **a valorização do primeiro grau.**

Saíamos de um discurso retórico a respeito da importância da magistratura de primeiro grau, que muitas vezes não convenciam e apenas agravava o distanciamento entre os juízes e o Tribunal, para a adoção de uma medida concreta, no caso, dotar cada juiz de primeiro grau de pelo menos um assessor.

A importância da medida de valorização da magistratura de primeiro grau mostrou-se maior na medida em que se deu sem qualquer aumento de despesa.

O desempenho de Vossa Excelência como presidente do Tribunal de Justiça do Ceará não foi surpresa. Sabíamos todos da sua competência, angariada em longos anos de experiência no Banco do Brasil, como também pelo fato de que Vossa Excelência foi o primeiro presidente do Tribunal de Justiça a ostentar no currículo um MBA em Gestão Pública.

A grandeza de atitudes do Desembargador Gladyson Pontes, somada a sua preocupação de dotar o judiciário cearense de gestores tecnicamente habilitados, o moveu a implantar na nossa Escola da Magistratura o primeiro MBA em Gestão Pública em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, dirigido aos magistrados e aos servidores, preparando-os para a gestão e criando um banco de talentos de onde deverão sair os futuros dirigentes do Tribunal de Justiça.

Por tudo isto, posso afirmar com convicção, que ser seu vice-presidente foi, para mim, um grande aprendizado.

Gostaria também de ressaltar o trabalho do Desembargador Darival Beserra Primo no comando da Corregedoria Geral da Justiça, no biênio que hoje se encerra, realçando o compromisso e a dedicação com que desempenhou sua missão.

Assim, expresso publicamente aos desembargadores Gladyson Pontes e Darival Beserra Primo a minha admiração, o meu respeito e minha gratidão pelo que aprendi com esta convivência.

Caros colegas,  
Minhas senhoras e meus senhores.

Conduzir a administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob a confiança dos meus pares, será uma tarefa que exigirá dedicação e auxílio dos magistrados e dos servidores desta Casa.

A condução do Tribunal de Justiça se assemelha a uma grande corrida de revezamento. A cada dois anos, um dos membros desta Corte assume a presidência, recebendo-a do seu do antecessor, dando o melhor de si e, em seguida, a entrega ao sucessor.

Hoje recebo o bastão da presidência para dar a minha contribuição na construção de um Judiciário forte e eficiente.

Tenho a felicidade de encontrar um caminho pavimentado para a continuidade do trabalho de melhoria da prestação jurisdicional do nosso Tribunal.

O meu compromisso de melhorar a prestação jurisdicional da nossa Justiça, que reafirmo nesta ocasião, vem de uma longa trajetória, desde o momento em que, ainda como Juiz de Direito, junto com outros colegas comprometidos com a instituição, nos opusemos a comportamentos nada republicanos que colocavam em risco a credibilidade do nosso Tribunal.

A participação na gestão que hoje se encerra me possibilitou um grande aprendizado e o conhecimento dos méritos desta instituição, como também dos seus problemas, de ordem variada, que precisam ser resolvidos.

Dentre as nossas maiores dificuldades está a gestão orçamentária do Tribunal de Justiça, que nos últimos anos tem se esforçado para conciliar as necessidades de crescimento com as limitações que lhe são impostas a cada ano. Por mais compreensíveis que sejam as justificativas econômicas e financeiras do Estado do Ceará, se mostra urgente e inadiável a resolução da nossa questão orçamentária.

A cada ano o orçamento aprovado tem sido menor do que a despesa do ano anterior.

Se sucede, a cada gestão, a necessidade de se negociar orçamento ao fim do exercício financeiro.

Por mais que o Executivo tenha tido sensibilidade para esta questão, e tem tido muita, o que devo, por justiça, realçar, não se mostra aceitável para a necessária independência do Judiciário, a reiterada solicitação de complementação orçamentária.

O desafio de adequação do orçamento do Poder Judiciário cearense às mudanças de parâmetros da prestação jurisdicional fica muito claro quando se observa, no Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça, que a média nacional de despesas por habitante, no âmbito da Justiça Estadual brasileira foi de R\$ 252,20, enquanto a despesa do Estado do Ceará, por habitante, com a Justiça cearense, foi de R\$ 125,30, a menor dentre os 27 Tribunais de Justiça do país.

Por toda uma conjuntura de fatores, temos tido dificuldades na prestação de serviço de forma adequada aos anseios da sociedade, seja pela escassez de mão de obra, pois temos mais de 80 cargos de juiz sem preenchimento e um quadro reduzido de colaboradores, que nos coloca na última posição dentre os tribunais de médio porte e na penúltima posição do país em termos de número de servidores para cada 100.000 mil habitantes, seja pela pouca estrutura ambiental de trabalho, aspectos que influenciam diretamente na produtividade da Justiça cearense,

uma vez que tal índice é o resultado da relação entre o número de processos baixados e a quantidade de magistrados e servidores que atuam na área jurisdicional.

Temos, por outro lado, posição destacada na resolução consensual de conflitos, tendo ostentado por anos seguidos a primeira colocação na solução de processos pelas vias autocompositivas.

Ao aceitar o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça veio-me, como primeiro pensamento, a necessidade de mudança de paradigma no que diz respeito aos problemas que temos e aos desafios que enfrentaremos para resolvê-los.

A premissa que conduz o meu trabalho, nesta nova missão que hoje assumo, é a de que o que nos importa, como instituição compromissada com a sociedade, é entregar ao cidadão a justiça que ele veio buscar.

Para ele de nada valem as justificativas de pouca mão de obra, as limitações orçamentárias ou as explicações contidas nas estatísticas, **pois o que ele deseja é ver o seu processo julgado!**

A partir deste compromisso, asseguro-lhes que todas as ações delineadas no plano de gestão estão voltadas para esse objetivo.

No aspecto da unificação de sistemas processuais, daremos continuidade à implantação do processo eletrônico em todas as comarcas do Estado do Ceará, possibilitando a unificação das estatísticas, fator fundamental para o planejamento estratégico, favorecendo a prestação jurisdicional, como também incrementando o uso de videoconferência, diminuindo as distâncias e otimizando o trabalho dos operadores do direito.

Se considerarmos apenas a mão-de-obra necessária para a tramitação processual, tais ferramentas tornam o processo judicial 25% mais barato e, em média, alavancam a produtividade das unidades em 33%.

Mostra-se inadiável a conclusão do redimensionamento das comarcas e das varas, para o melhor uso dos recursos, uma vez que não se justifica a permanência de uma unidade jurisdicional, com toda a sua estrutura, para uma demanda de pouco mais de 400 processos ao ano.

As dificuldades que tivemos recentemente para o redimensionamento de comarcas e varas, muito se deu por aspectos conjunturais, que creio não mais persistirem, uma vez que agora temos a implantação do processo eletrônico e a videoconferência para a realização das audiências.

A experiência da secretaria judiciária por especialidade, implantada no Fórum Clóvis Beviláqua, e a Secretaria Regional do Cariri, abrangendo Crato, Juazeiro e Barbalha, agregou as condições necessárias para a evolução deste instrumento de otimização do trabalho para todo o Estado do Ceará, sendo projeto desta gestão, a implantação de uma Secretaria Judiciária de 1º Grau localizada em Fortaleza e que, em princípio abrangerá as comarcas de entrância final, à exceção daquelas incluídas na Secretaria Regional do Cariri e, posteriormente, englobando todas as comarcas do Estado.

A implantação de uma Secretaria Judiciária do 1º grau resolve problemas de várias ordens, desde a agilização na elaboração de expedientes, pela especialização do trabalho, aprimoramento de rotinas e aplicação de modelos padronizados, como também pela possibilidade de horários de funcionamento diferenciados, de forma a atender as urgências, e ainda pela utilização do tele trabalho. Oportuno destacar que as experiências anteriores nos mostraram que o ganho de produtividade com a implantação de uma secretaria judiciária é em média de 30%, tendo sido observado casos em que a produtividade chegou a ser 03 (três) vezes maior após a implantação da Sejud.

A priorização do 1º Grau de jurisdição, já iniciada pela implantação da Resolução 219 do CNJ, como também pela criação dos cargos de assistente para os juízes, será impulsionada pela criação do Comitê Permanente de Auxílio à Produtividade dos Magistrados, cujos objetivos principais são, a partir do acompanhamento sistemático da produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará, identificar as necessidades e fatores críticos que impactam no congestionamento e no desempenho das unidades judiciárias, definir as estratégias de atuação e, com base em critérios técnicos, apontar as unidades que necessitam de auxílio, seja para o julgamento de processos, seja para o saneamento de dados do sistema.

Trata-se de proposta vanguardista de estrutura de governança voltada para a produtividade, não existente em outro tribunal do país, da qual farão parte, além da presidência, magistrados e equipes técnicas de níveis estratégicos, táticos e operacionais, todos voltados para melhoria da produtividade e da prestação jurisdicional do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Junto a este Comitê, e atuando sob suas diretrizes, será implantado o Núcleo de Produtividade Remota, com o objetivo de reduzir o acervo processual das unidades judiciárias, principalmente por meio do julgamento e da baixa das ações pendentes, com a participação dos atuais grupos de descongestionamento, reorganizados, com o aproveitamento de experientes magistrados e servidores, bem como estagiários de graduação e de pós-graduação, estes últimos, formados por jovens bacharéis selecionados dentre os alunos dos cursos de especialização, mestrado e doutorado do Estado. A adoção dessa nova modalidade de estágio será uma experiência inovadora que contribuirá para o êxito do projeto, como também servirá instrumento de qualificação e aprendizado para referidos jovens.

A magistratura de segundo grau também será contemplada nesse projeto. Haverá uma equipe de estagiários de graduação e de pós-graduação a



reforçar o projeto existente na Vice-Presidência com o objetivo de desobstruir os gabinetes dos desembargadores.

Atuará ainda, no âmbito do Comitê Permanente de Apoio à Produtividade dos Magistrados, o Núcleo de Qualidade da Informação, com o objetivo de auxiliar as unidades judiciárias no aperfeiçoamento das informações processuais, por meio do saneamento de dados nos sistemas judiciais, automatizações, realização de capacitações e fornecimento de orientações aos usuários dos sistemas.

Outra ferramenta a ser disponibilizadas às unidades judiciárias, como forma de aprimorar a prestação jurisdicional, será a implantação, em caráter voluntário, de modelo de gestão e de certificação de qualidade para os gabinetes de juízes e de desembargadores, o qual envolverá etapas de capacitação, implantação assistida, elaboração de planos de melhorias e auditorias, contemplando práticas de gestão por resultados, desenvolvimento e motivação de colaboradores, aprimoramento de processos de trabalho, organização do ambiente e avaliação da satisfação dos clientes.

Ao final, as unidades aderentes ao programa poderão ser certificadas em três níveis: aprendizagem, rumo à excelência e excelência em gestão judiciária.

O sistema de Juizados Especiais terá uma grande atenção desta gestão, com a implantação do Programa de Juízes Leigos, remunerados, e que atuarão junto às unidades do Juizado e, em especial, nas Turmas Recursais, cujo acervo fala contra toda a ideia de um processo ágil e simplificado, prometido pelo sistema de juizado especial.

Todos estes planos de gestão foram elaborados com a parceria e o apoio dos desembargadores Maria Nailde Pinheiro Nogueira e Teodoro Silva Santos que, juntamente comigo, estarão no comando do Poder Judiciário cearense neste

biênio, na condição de Vice-Presidente e de Corregedor Geral da Justiça, respectivamente.

A Desa. Nailde Pinheiro, magistrada de carreira, com destaque no Judiciário, sempre disponível para trabalhar pela justiça, teve oportunidade de presidir o Tribunal Regional Eleitoral, cuja experiência será de grande utilidade na execução de sua nova missão.

O desembargador Teodoro Silva Santos, oriundo do quinto constitucional, traz para este novo desafio a experiência exitosa do Ministério Público estadual e, mais recentemente, demonstrou muito talento na condução da Comissão de Segurança de Magistrados.

Considero-me agraciado por contar com a colaboração deste dois grandes magistrados.

Gostaria de dedicar uma especial atenção aos servidores do Poder Judiciário, cujo trabalho tem sido reconhecido como fundamental para o êxito da nossa Instituição e dizer que conto com a colaboração de todos e coloco-me aberto ao diálogo, sempre.

Reafirmo a importância de contar com o apoio dos meus pares e sei que posso contar, pois o compromisso com a instituição tem sido uma marca deste colegiado.

Quero fazer uma referência muito especial aos magistrados de primeiro grau, assegurando-lhes que a sua valorização será um ponto inarredável da minha gestão.

Tenho ciência de que o Poder Judiciário se materializa, na verdade, é naquela pequena comunidade, nas localidades mais remotas e esquecidas e, por isto, os magistrados que se entregam a esta tarefa merecem atenção e respeito.

Afirmo aos colegas do primeiro grau que reconheço a sua importância e comprometo-me a valorizá-los.

Caminhando para o final das minhas palavras, peço a união de todos, magistrados e servidores, em prol de um judiciário célere, que produza justiça com efetividade.

Precisamos da participação, da dedicação, do empenho, da garra e do talento de cada um vocês para qualificar a cada dia o nosso trabalho.

Devemos nos orgulhar cada vez mais de fazermos parte de uma instituição que cumpre o seu papel na sociedade, de participarmos dessa construção, porque cada um é indispensável nessa jornada de transformação e aperfeiçoamento do Judiciário a caminho de cumprir verdadeiramente seu papel constitucional.

Dentro de todo este projeto de mudança do Poder Judiciário, não poderia deixar de falar da importância dos coirmãos Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil. O fortalecimento do sistema de justiça é e será sempre o fortalecimento da democracia. Conto com vocês.

Peço-lhes licença para fazer alguns agradecimentos pessoais: Primeiro quero agradecer aos meus filhos Victor, Gustavo, Laís e Lívia, depositários dos meus maiores afetos, pela compreensão nas minhas ausências.

Aos meus pais Chico Araújo e Antonina, que já estão no plano espiritual, pela vida e pelos ensinamentos que me fizeram ser o que sou.

Aos meus irmãos Vânia, Maria do Carmo, Cristina, Lúcia, Mary, Socorro, Jandira, Vera, Júnior e Andreyra, pelo amor e amizade que sempre me dedicaram.

Aos meus muitos conterrâneos de Campo Maior pela presença.

À Rosângela, pelo amor, compreensão e cuidados que me cumula.

Ao concluir, digo-lhes que tenho um sonho. Eu sonho em colocar o Poder Judiciário cearense no mesmo patamar de produtividade dos melhores tribunais do país. Mas, como diz a canção de Raul Seixas, "um sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só. Um sonho que se sonha junto já é realidade." Concito a todos, magistrados de primeiro e segundo graus, servidores e colaboradores a sonharmos juntos e transformarmos este sonho em realidade.

Muito obrigado.